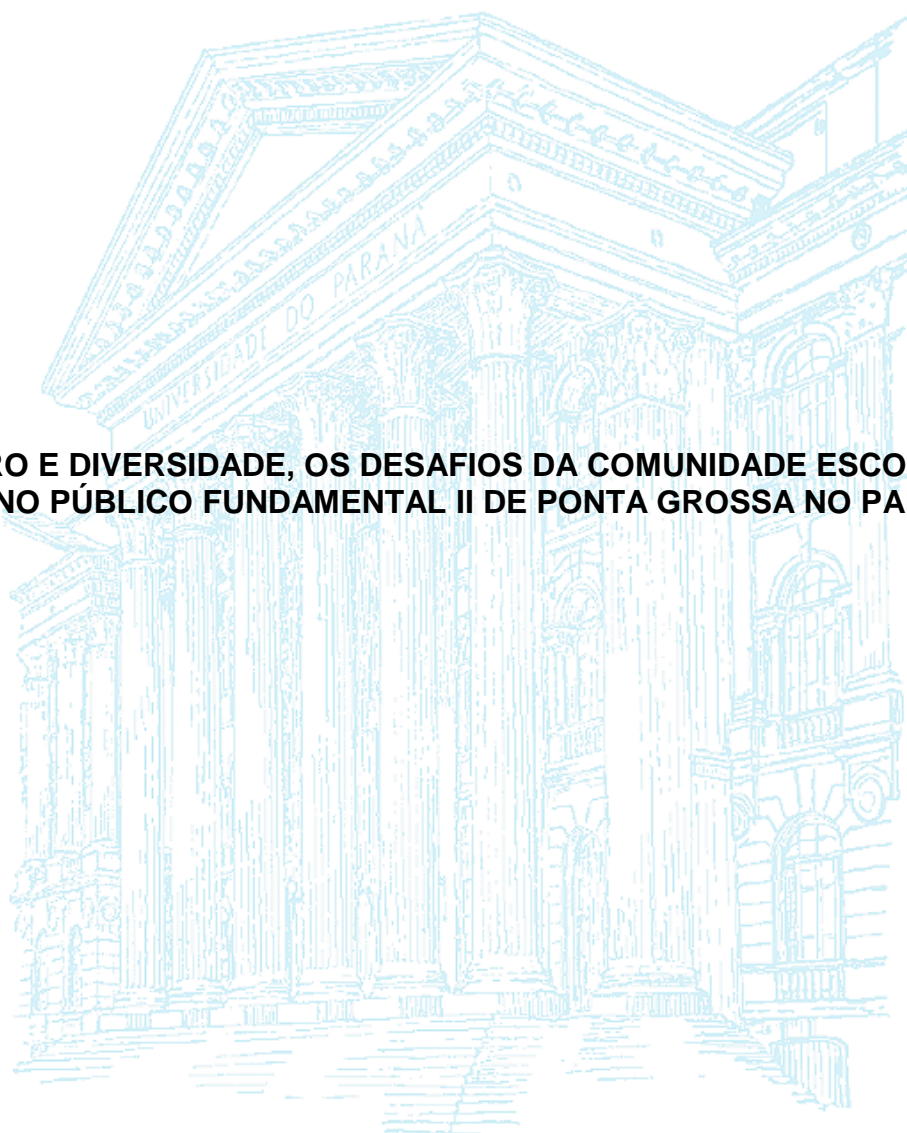


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILMARA XAVIER BLASCZAK

**GÊNERO E DIVERSIDADE, OS DESAFIOS DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL II DE PONTA GROSSA NO PARANÁ**



LAPA
2016

SILMARA XAVIER BLASCZAK

**GÊNERO E DIVERSIDADE, OS DESAFIOS DA COMUNIDADE ESCOLAR DE
ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL II DE PONTA GROSSA NO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientador: Prof. Rita Estela Salino

GÊNERO E DIVERSIDADE, OS DESAFIOS DA COMUNIDADE ESCOLAR DE ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL II DE PONTA GROSSA NO PARANÁ

BLASCZAK, Silmara Xavier ¹; SALINO, Rita Estela. ²

¹Especialização em Educação Especial pelas Faculdades Integradas do Vale do Ivaí/ESAP; Professora da rede estadual de ensino, na área de Espanhol em Ponta Grossa - PR. E-mail: silxavbla@yahoo.com.br

²Especialização em Direitos Humanos/UFPR e Professora do Curso de Especialização Gênero e Diversidade na Escola/UFPR Litoral. E-mail: ritasalino@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, buscamos analisar a visibilidade da temática de gênero e diversidade diante da comunidade escolar bem como a relação desta com discentes transgêneros na escola Estadual da cidade de Ponta Grossa no Paraná. Esta pesquisa se configura como mista usando os métodos: quantitativo e qualitativo baseado em duas etapas de coleta de dados sendo a primeira por meio do uso de questionário e na segunda com a realização de entrevista com perguntas abertas. Os resultados apontam para a dificuldade da inclusão da temática de gênero e diversidade no contexto escolar e indicam que a heteronormatividade continua presente como a única forma aceita para a expressão da sexualidade tornando invisíveis as pessoas que estão fora do padrão heteronormativo. As pesquisas evidenciam também que os cursos de formação sobre gênero e diversidade contribuem para pensar a sexualidade, porém as políticas públicas são fundamentais para romper as barreiras heteronormativas existentes no ambiente escolar.

Palavras-chave: comunidade escolar; gênero e diversidade; transgênero

Abstract: In this article, we analyze the visibility of gender and diversity matter in the school community and its relationship with transgender students in public school in the city of Ponta Grossa, Parana. This research is set to mixed using the methods: quantitative and qualitative based on two data collection phases and the first through the use of a questionnaire and the second with interviews with open questions. The results point to the difficulty of including gender and theme of diversity in the school context and indicate that heteronormativity is still present as the only accepted form for the expression of sexuality becoming invisible people who are outside the heteronormative standard. Surveys also show that the training courses on gender and diversity contribute to the reflection on sexuality, but public policies are crucial to break the existing heteronormative barriers in the school environment.

Keywords: school community; gender and diversity; transgender

INTRODUÇÃO

A recente alteração no Plano Nacional de Educação (PNE) 2015, feita por muitos estados e municípios brasileiros, retirando-se do plano os termos Identidade de gênero, diversidade e orientação sexual reacendeu a discussão em torno do assunto em todo o país, trazendo à tona antigos questionamentos, as (os) discentes devem ou não, ter o direito de discutir as diferenças (de gênero, sexuais ou étnicas) nas escolas? E como as (os) docentes estão sendo preparadas (os) para esta tarefa? Para uma comunidade escolar promover a inclusão social e assegurar os direitos sociais individuais, todas as pessoas que dela fazem parte devem estar comprometidas para o acolhimento e desenvolvimento das (os) discentes no ambiente escolar.

Tendo em vista tais considerações, o ponto de partida deste artigo refere-se à análise do cotidiano escolar no período de 2014-2015 no Colégio X, município de Ponta Grossa que oferta ensino fundamental para 742 discentes entre matutino e vespertino, e ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no período noturno contando com 129 alunas (os), para localizar e estudar fenômenos de relacionamento entre discentes e comunidade escolar quando se tratam da acolhida, convivência e receptividade de alunos (as) LGBT e com especial atenção ao aluno transgênero recentemente incluído no contexto escolar desta instituição em 2014.

Nos últimos anos, com o Ensino à Distância, as (os) docentes tem muitas ofertas de cursos de formação continuada em relação à temática, constituindo-se um bom recurso e um estímulo para que profissionais de educação proponham e discutam as questões de gênero e diversidade no ambiente escolar. No entanto, no decorrer da pesquisa evidencia-se a dificuldade de abordar a temática no contexto escolar. Talvez por ser constituída por uma maioria de pessoas heterossexuais e que procedem profissionalmente por meio da heteronormatividade.

O objetivo geral é analisar a visibilidade da temática de gênero e diversidade em relação à comunidade escolar, como também, a relação desta comunidade com discentes LGBT e especialmente o transgênero. Quanto aos objetivos específicos são os seguintes: a) avaliar a formação acadêmica da comunidade escolar em relação a gênero e diversidade; b) avaliar as relações e as percepções da comunidade escolar acerca das (os) discentes LGBT (especialmente o transgênero).

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura-se como mista usando os métodos: quantitativo e qualitativo baseada em duas etapas de coleta de dados, sendo a primeira por meio do uso de questionário e na segunda a entrevista com perguntas abertas. As pessoas participantes foram convidadas aleatoriamente e aceitaram participar como voluntárias (os). As (os) participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Minayo, (1992, p. 43) buscando abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões que envolvem uma ampla aproximação social do fenômeno e que não podem por sua vez fazer parte de um levantamento estatístico por enunciarem opiniões que podem não ser uniformes e diante das informações coletadas, chegou-se a três categorias de análise: relação da comunidade escolar em relação às (aos) transgêneros; conhecimento acadêmico da comunidade escolar na temática de gênero e diversidade; a percepção da (o) aluna (a) transgênero pela comunidade escolar.

A pesquisa envolveu quatro meses de coleta de dados, entre agosto a outubro foram feitas observações a respeito do entrosamento de docentes, discentes, funcionárias (os) como relação às (aos) alunas (os) LGBT e transgêneros. No mês de novembro de 2015 foi desenvolvida a primeira fase da pesquisa. Nesta primeira etapa foram entrevistados 11 docentes sendo, oito do gênero feminino e dois do gênero masculino. O questionário foi organizado com 10 questões, sendo elas: 1) Considera importante tratar questões de Gênero e Diversidade no ambiente escolar? 2) Alguma vez por vontade própria já procurou assuntos que abordem os temas de Gênero e Diversidade na escola? 3) Nas formações continuadas já teve algum curso sobre Gênero e Diversidade na Escola? 4) Tem conhecimento das definições de sexo e identidade de gênero? 5) Conhece o significado da sigla LGBT? 6) Em sua vida profissional já teve algum aluno (a) LGBT? 7) Tem conhecimento de estatísticas que falam de aluna (os) LGBT, seu acesso e permanência na escola pública? 8) Em sua opinião o público LGBT precisa de ONGs e políticas públicas que defendam seus direitos? 9) Conhece alguma política pública, municipal, estadual ou federal que defenda o direito destas pessoas de terem acesso à educação e condições dignas de permanência nas escolas?

10) Acredita que exista necessidade de mais informação para poder atender melhor esse público nas escolas públicas?

Na segunda etapa, a pesquisa qualitativa foi realizada por meio de entrevistas agendadas em local de preferência e horário determinado pela (o) entrevistada (o). O segundo questionário era composto por questões abertas de como a (o) aluno transgênero é percebido no contexto escolar. Foram entrevistadas dez pessoas, dentre elas 5 docentes, três discentes e dois agentes administrativos, sendo 7 entrevistados do sexo feminino. A faixa etária e orientação sexual são as seguintes: 1 entre 13 a 15 anos, bissexual, 1 entre 16 e 26 anos, lésbica; 1 na mesma faixa etária, heterossexual, 7 entre 27 e 59 anos, heterossexuais, quanto ao estado civil, 7 são casados ou vivem em união estável, escolaridade: 1 tem ensino superior incompleto, 6 com ensino superior completo, 3 com ensino fundamental incompleto.

As questões abertas foram: 1) O que você pensa sobre as (os) discentes transgêneros? 2) Que opinião você tem com relação ao preconceito e a discriminação às (aos) transgêneros? 3) Você compreende as dificuldades enfrentadas pelas (os) alunas (os) transgênero no ambiente escolar diante de situações de violência e exclusão. 4) Você procura manter um diálogo aberto com alunas (os) transgênero?

Com os dados da primeira pesquisa foram realizadas análises por meio de gráficos do software de planilhas (EXCEL) para analisar qual a formação e o nível de conhecimento da comunidade escolar a cerca do público LGBT.

Os dados da segunda etapa foram coletados e analisados para investigar qual a compreensão da comunidade escolar sobre discentes transgênero, e como ocorre ou não o acolhimento destes discentes pela comunidade escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do princípio de que a escola deve formar cidadãos em sua plenitude, capazes de exercer sua cidadania de forma crítica, este trabalho fundamenta-se no Estado Democrático por meio da Constituição Brasileira (1998):

A reunião desta Assembleia Nacional Constituinte será para instituir um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a

igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Pensar sobre o Estado Democrático Brasileiro e Laico é remeter a representação das minorias, sendo a maioria da população de religião cristã, heterossexista, conservadora e que ainda assombra-se com a sexualidade do corpo.

A verdadeira democracia só surgirá quando interpretações do que somos dialogarem com as experiências concretas e diversas de nossa população distribuída por um território tão vasto quanto marcado por experiências e especificidades culturais diversas e pouco reconhecidas. (MISKOLCI, 2012, p. 55).

Furlani (2003, p. 67 e 68) em seu artigo intitulado "Educação Sexual: possibilidades didáticas" defende que educação sexual deve abranger também crianças do Ensino Fundamental, pois:

[...] independente de se falar em "desenvolvimento integral" ou em "cidadania plena", a inclusão desses conteúdos, explicitamente nos currículos escolares atuais, a partir do ensino fundamental, já vem com um atraso de amplitude igual ao da própria educação formal. As escolas que não proporcionam a educação sexual a seus alunos e alunas estão educando-os parcialmente (FURLANI, 2003, p. 67 e 68).

A escola é uma instituição contextualizada, ou seja, inserida na sociedade, e dela recebe indivíduos que trazem suas histórias, suas características físicas, heranças sociais e familiares. Nesse contexto é importante ressaltar a presença das minorias que, ainda por força das tais heranças sociais, não têm voz, não têm visibilidade, respeito e o exercício pleno da liberdade de expressão. Apesar de encontrar alguma resistência ao abordar essa temática a comunidade escolar não pode continuar a (não) tratar da existência destas minorias apenas nas datas estabelecidas no calendário para atender exigências legais, pois conforme, Louro (2003, p. 45):

Estratégias que podem tranquilizar a consciência dos planejadores, mas que, na prática, acabam por manter o lugar especial e problemático das identidades "marcadas" e mais do que isso, acabam por apresentá-las a partir das representações e narrativas construídas pelo sujeito central. Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções, mas o caráter excepcional desse momento pedagógico reforça, mais uma vez seu significado de diferente e de estranho (LOURO, 2003, p. 45).

Em 1991, Michael Warner, define que a ordem social do presente tem como fundamento, a heteronormatividade, sendo construída e normalizada socialmente compulsória, sendo este, um instrumento de regulação e controle contemporâneo. O processo normalizador submete os ditos “fora da norma” como menos humanos, inferiorizados e como abjetos, que Miskolci (2012) explica como sendo em termos sociais uma experiência de ser temido e recusado com repugnância, sendo a existência uma ameaça à visão homogênea e estável do que é comunidade.

Scott (1986) propõe o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais construídas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo ele um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Compreende-se então que a sociedade é capaz de construir padrões culturais de comportamentos atribuídos aos sexos que permeiam relações de interesse e poder dependendo do momento histórico que se encontre. Então, diferentemente do conceito que atualmente se fala na sociedade, gênero é algo que está muito além do masculino e do feminino, tem relação com a identidade assumida pela (os) indivíduos que são produtos da sociedade em que vivem.

Para evidenciar o contexto social da sociedade contemporânea revela-se a violência contra mulheres, em 2014, segundo o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2015), o Brasil teve 47.646 estupros, um caso a cada 11 minutos, em média, no país. Os números incluem estupros de vulnerável, contra menores de 14 anos. Ressalta-se também o fato extremamente preocupante do crescimento da violência homofóbica no Brasil, conforme dados do Governo Federal, (2012), houve um aumento de 166,09%, em grande parte acontecendo ao redor do seu lar: vizinhos e irmãos. Os tipos de violações mais reportadas são a violência psicológica com 83,20%, sendo humilhações (35,32%), hostilizações (32,27%), ameaças (5,78%) e discriminações com 74,01% e 50% dos casos de estupro ocorrem em espaços familiares por violência doméstica.

Conforme as violências apontadas neste estudo, a escola tem um papel fundamental no esclarecimento e no diálogo sobre as temáticas de identidade de gênero e diversidade sexual. Percebe-se que não se pode mais ignorar sujeitos que existem e merecem, tanto quanto outros, um lugar e respeito na sociedade. Mesmo com todo o incentivo e amparo legal, ainda é grande o número de profissionais da educação que temem tratar de temas que se referem à sexualidade, o gênero e a diversidade no ambiente escolar. Louro (2003) nos chama atenção para o fato de

que os movimentos: feministas, negros e minorias sexuais já vem há décadas denunciando a ausência de suas histórias, suas questões e suas práticas nos currículos escolares.

Em nível estadual, podemos encontrar uma versão preliminar das Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (2010), a então Superintendente da SEED, afirma que:

Precisamos cada vez mais, nos instrumentalizarmos para compreendermos e enfrentarmos as diferentes formas, não raras vezes veladas, de discriminação e exclusão social, as professoras e professores, funcionárias e funcionários precisam compreender a dimensão pedagógica da sua ação para além da dimensão pedagógica, exclusiva da professora ou do professor, da transmissão de conteúdos curriculares.

Na primeira fase da pesquisa quantitativa, por meio de um questionário com questões sobre a temática de gênero e diversidade, das (os) entrevistados responderam sobre a importância de movimentos sociais e programas governamentais que tratem de garantir os direitos das pessoas LGBT e o reconhecimento por informações mais detalhadas para melhor atender os discentes LGBT e Transgênero (a) nas escolas públicas, 100% afirma que considera importante tratar questões de gênero na escola, 82% afirmaram já ter feito cursos nesta área, por vontade própria e 91% participou de formação continuada sobre gênero e diversidade, no entanto, 18% das pessoas entrevistadas declaram não conhecer o significado da sigla LGBT e 82% afirmam que não acompanham estatísticas da permanência e evasão escolar de discentes LGBT. Revela-se inicialmente que mesmo as (os) entrevistada (os) que afirmam a participação em programas de formação acadêmica e defendem os direitos de pessoas LGBT tem objeção para enfrentar as diferenças no ambiente escolar e não acompanham o desempenho escolar de discentes LGBT.

Na segunda fase da pesquisa, realizaram-se entrevistas qualitativas por meio de entrevistas com perguntas abertas específicas aos discentes transgênero e ao serem questionados (as) os entrevistadas (os) revelaram-se respeitadas (os), com sentimentos de compaixão e favoráveis a inclusão destes discentes tanto quanto outros discentes conforme a fala da entrevistada 4:

O preconceito e a discriminação, tanto racial quanto de gênero, deveria ser tema obrigatório na escola, não só com tema burocrático, mas como discussão, projetos e, sobretudo, como exercício constante de se por no lugar dos outros. (Professora, entre 38 a 48, heterossexual, pós-graduada).

Nas convenções sociais predomina a concepção de que o "normal" é ser heterossexual, ou seja, relacionar-se sexual, amorosa e afetivamente com uma pessoa de gênero oposto ao seu, e que todas as pessoas que não se encaixam neste padrão automaticamente são colocadas à margem da sociedade e tratadas como "anormais", o que reforça a ideia de doença, refutada desde 1990 pela Organização Mundial da Saúde. Sendo isto resultado da luta dos movimentos sociais mundiais e inclusive no Brasil, iniciando-se em 1978, com o primeiro grupo homossexual, Grupo Somos em São Paulo. A partir dos anos 1990, o movimento LGBT desenvolveu diversos programas nos campos de saúde, educação, assistência social em relações políticas aproximadas com o Estado, possibilitando uma intensificação de relações parceiras que resultaram na formulação conjunta do Programa Brasil Sem Homofobia.

Embora este movimento lute pelos direitos destas minorias, existem grupos que lutam individualmente por não se sentirem representados por essa coletividade, a exemplo de militantes pelos direitos de pessoas transgêneras, como a psicanalista mineira Letícia Lanz que nasceu Geraldo, casou-se teve filhos e em 2004 decidiu sair de casa e assumir sua identidade de gênero, atualmente participa de seminários e escreve livros e artigos sobre diversidade sexual. Os artigos são publicados em seu blog Arquivo transgênero, e tratam de temas relacionados ao universo transgênero e direcionados a pais, professores, e pessoas interessadas no assunto. Por transgêneras (os) entendam-se, as pessoas que biologicamente têm um corpo feminino/masculino, mas que sentem não pertencerem a este gênero, enfrentando desde muito cedo situações de conflito (psicológica e socialmente), angústia e sofrimento por não se encaixarem nos padrões impostos pela sociedade. Na fala da entrevistada 7 percebe-se que a mesma acredita que esta minoria pode ser incluída e compreendida no contexto escolar:

O preconceito ainda existe em parte da sociedade, com o passar do tempo isto vai ser amenizado e entendido melhor (Professora entre 39 a 59 anos, heterossexual, pós-graduada).

Outra questão abordada aos entrevistados foi a compreensão das dificuldades enfrentadas por discentes transgêneros (as) no ambiente escolar em relação à inclusão das diferenças. O entrevistado 2 relata a situação de desrespeito

no cotidiano escolar:

As diferenças não são respeitadas entre os diferentes grupos dentro da escola. (Sexo masculino, entre 39 a 59anos, heterossexual e superior incompleto).

Ao falarmos em gênero e diversidade na escola pública, muitas são as dúvidas que surgem por parte de diretoras (es), equipe pedagógica, discentes e também funcionárias (os), algumas delas referem-se à em que momento esse assunto pode ser abordado e em qual ano do ensino fundamental, quais parâmetros seguir para tratar do assunto; quais documentos norteadores consultar para respaldar-se legalmente ao trabalhar este tema em sala de aula, visto que, para muitos pais/mães ou responsáveis, este assunto é delicado e deve ser tratado exclusivamente pela família. A Declaração dos Direitos Sexuais - *World Association* (1997, 1999, 2014) defende que todo ser humano:

[...] deve ter acesso à informação precisa e compreensível relacionada com a sexualidade, à saúde sexual e os direitos sexuais através de diferentes recursos ou fontes. Tal informação não deve ser censurada ou retida arbitrariamente nem manipulada intencionalmente.

A escola não consegue ficar alienada a esta temática, as questões das minorias estão presentes em seus cotidianos, fazem parte do currículo, as questões emergem em sala de aula e nos espaços escolares. A escola não pode ser apenas normalizadora, controladora, disciplinadora e multiplicadora de violências. Percebe-se a presença da violência na fala da entrevistada 3:

A escola revela-se um ambiente extremamente violento e segregador. (Professora entre 38 a 48 anos, heterossexual, pós-graduada).

O ambiente escolar pode promover as desigualdades para as minorias quando se permite atitudes de discriminação, sendo esta uma ação de discriminar, tratar diferente, anular, excluir e marginalizar (livro de conteúdo *Gênero e Diversidade na Escola*, 2009, p. 35). Sendo identificada na fala da entrevistada 4:

Mesmo com grande transformação dos costumes e dos valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por parte da nossa socialização na família e na escola. (Professora entre 39 a 59 anos, heterossexual, pós-graduada).

E o preconceito que consiste em qualquer atitude negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo social que derive de uma ideia preconcebida sobre tal pessoa ou grupo, (livro de conteúdo Gênero e Diversidade na Escola, 2009, p.196) O que se concretiza na fala das entrevistadas 1 e 10:

O preconceito ainda é muito presente no ambiente escolar. Cabe a nós educadores também tentar elucidar os educandos com relação a essa questão e desconstruir esse preconceito. (Professora entre 38 a 48 anos, heterossexual, pós-graduada).

[... tenho muitos amigos com sexos diferentes e com meus outros amigos há um grande preconceito tento mudar isso mais não é tão fácil. (Discente, bissexual, entre 13 e 15 anos.)

Comportamentos discriminatórios vistos na sociedade são frequentemente reproduzidos na escola e reforçados pelo discurso heteronormativo adotado por muitos discentes como único e correto, perpetuando a crença da existência de um padrão que deve ser seguido e que aquelas (es) que não correspondem a este padrão sofrem com o preconceito e a discriminação por assumirem uma sexualidade diferente da aceita como normal.

Mott (2001) destaca o papel fundamental da igualdade de gênero para que os Transgêneros, Transexuais, Travestis, Lésbicas, Gays e Bissexuais possam exercer plenamente seus direitos devido à superação das barreiras religiosas, machistas e controladoras, sendo a desigualdade o principal instrumento do poder disciplinar sobre os corpos por diversos interesses manifestados por momentos específicos da história. Pode-se perceber na fala do entrevistado 7 a barreira machista e heteronormativa e na entrevistada 4 o poder controlador:

Acho que eles às vezes criam situações. (Professor entre 38 a 48 anos, heterossexual, pós-graduado).

Compreendo, porém muitos deles agem de maneira muito fora do padrão, para chamar a atenção dos colegas, principalmente entre o 6º e o 9º ano do ensino fundamental, o que gera muitos conflitos no ambiente escolar. (Professora entre 39 a 59 anos, heterossexual, pós-graduada).

Demonstra-se em algumas falas da comunidade escolar que ainda estamos distantes da construção de sociedade inclusiva das diferenças e do

Estado Laico. Evidencia-se a necessidade de políticas a que auxiliem a comunidade escolar a realmente executar o seu papel de agente transformador no diálogo aberto e democrático das questões de gênero e diversidade, livre de discriminações e preconceitos. Decisões políticas como esta de 2015 podem impulsionar um retrocesso para a formação de um currículo inclusivo em uma sociedade plural, atrasando a inclusão do direito de mulheres, negros, pessoas com deficiência e LGBT e ainda provocar limitações as liberdades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo informações da instituição entre 2012 a 2015 foram três discentes transgêneras (os), sendo um homem trans (assumido) e duas mulheres trans (não assumidas), dando conta de que a experiência cotidiana da comunidade escolar revelou dificuldades de relacionamento que envolve desde a forma de tratamento que se deveria usar, até o polêmico uso do sanitário, além do sofrimento provocado pela invisibilidade utilizada tanto como mecanismo de defesa quanto de exclusão da qual são alvos, o conjunto destes fatores acaba por fazer com que estes discentes não concluam a série ou o nível de ensino no qual estão matriculados.

O que se pode concluir com relação ao gênero e diversidade na escola na perspectiva das relações da comunidade escolar com a temática, é que há uma grande resistência em se tratando do tema inicial e que a presença de alunas (os) LGBT gera conflitos e situações que envolvem desrespeito e discriminação, muitas vezes de forma velada, tanto por parte de docentes quanto por colegas da classe. Tratando-se da (o) discente transgênero isso reflete de forma especial nas relações sociais que se limitam ao contato com um número reduzido de pessoas, incluindo discentes de outras turmas, e funcionárias (os). Ainda dentro dos relacionamentos pessoais observou-se que os desentendimentos ocorridos foram semelhantes aos que acontecem com qualquer adolescente considerado “normal”, tais como, brigas por causa de namoros e ou por falta de afinidade, entre outros. Em geral esta realidade repete-se a todas (os) discentes LGBT que convivem diariamente com a rejeição, discriminação, indiferença, preconceito e desprezo que sofrem cotidianamente.

Sabe-se que uma das grandes preocupações das famílias e da sociedade é que a escola, ao tratar de temas como sexualidade ou diversidade de gênero acabe por estimular precocemente nas (os) jovens o desejo de conhecer e praticar sexo ou ainda de serem influenciados em questões como virgindade, aborto, homossexualidade e tantas outras situações que o tema envolve. No entanto, a família deve compreender que o papel da escola é promover o diálogo aberto e a inserção das diferenças como fator agregador e não segregador. É de extrema importância dar voz a estas pessoas que na maioria das vezes só precisam de um incentivo para se sentir integrados e conseguir ocupar na sociedade um lugar que sempre existiu, mas que dificilmente foi ocupado, ou que permaneceu escondido, invisível.

Debates como estes no ambiente escolar causam temor às famílias também quanto ao aspecto religioso, embora o Brasil seja um país laico existe um número enorme de religiões e muitas delas estão representadas pelas (os) discentes, no entanto o papel da escola é informar, desta forma é fundamental explicar às famílias que ao abordar a questão de gênero, discriminação e preconceito a escola estará promovendo a inclusão e o respeito às diferenças.

Outro aspecto observado é que os discentes falam e tratam dos assuntos de sexualidade e gênero com maior naturalidade e menos receio é o que se observa na fala da entrevistada 9 quando se refere ao discente transgênero (palavra utilizada para reunir, numa só categoria, travestis e transexuais como sujeitos que transitam entre um gênero e outro (livro de Conteúdo Gênero e Diversidade na escola, 2009. p. 186)

Os alunos transgênero, são nada mais que alunos que estão descobrindo sua relação sexual, sua preferência, vontade ou desejo do mesmo gênero sexual. (Discente, feminino, entre 16 e 26 anos, fundamental incompleto)

Para alguns entrevistados, incluindo as (os) docentes, discutir o assunto, ainda é bastante embaraçoso, e o fazem com receio e até certa reserva. Por outro lado, como não tratar das questões de gênero e diversidade, se existe a necessidade de dar voz a estes indivíduos que povoam o ambiente escolar e que interagem com os filhos e filhas dessas famílias que não querem que o assunto seja tratado no ambiente escolar e que não têm capacidade teórica para promover esta

discussão no ambiente familiar, que se pressupõe ser o lugar onde deveria se iniciar o processo de respeito?

Sendo assim fica evidente que existe sim a necessidade de maior esclarecimento por parte de profissionais da educação e também a abertura de diálogo entre discentes e equipe pedagógica, para que haja um melhor entrosamento entre os membros da comunidade escolar para poder acolher os/as discentes transgênero e entender melhor seu universo, dando-lhes a oportunidade de viver sem as amarras das convenções que os impedem de ser vistos como gente.

A pesquisa revelou que mesmo com a formação continuada e com o reconhecimento dos direitos destas minorias, a comunidade escolar demonstrou pouco interesse com a evasão escolar, evidenciando-se o desprezo pela aprendizagem destes discentes como também a inércia das (os) mesmas (os) diante das violências, discriminações e preconceitos sofridos pelas (os) mesmas (os) no cotidiano escolar.

Constatou-se que mesmo com formações acadêmicas sobre a temática, algumas barreiras heteronormativas continuam presentes nas atitudes sendo estas influenciadas pela religiosidade, pelo conservadorismo e pela naturalização da crença de que apenas o modo heterossexual de expressar a sexualidade é legítimo, e esquecem que a escola é um espaço Laico e tem o dever de promover o diálogo para os diferentes indivíduos com diferentes identidades, características, desejos e sexualidades.

É fundamental promover um ambiente seguro, reprimir a homofobia, impedir a violência contra mulheres, combater o preconceito e a discriminação. A comunidade escolar precisa agir no sentido de promover transformações que permitam a convivência inclusiva e não a conformação das barreiras heteronormativas e a propagação das normas.

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial à professora Rita Estela Salino, por ter me ajudado de forma tão prestativa e profissional, agradeço aos meus familiares pela força e aos meus colegas pelo apoio e incentivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA. American Psychological Association. ¿**Qué es transgénero?**<disponível em <<http://www.apa.org/topics/lgbt/transgenero.aspx>> Acesso em 15/11/2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<HTTPS://www.google.com.br/search?q=constitui%C3%A7%C3%A3o+brasileira+de+1988+direitos+humanos&rlz>>. Acesso em 26/09/2015.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: Orientação Sexual**, vol. 10.2. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1988.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. - 9ª ed. RJ: Civilização Brasileira, 2015.

DIGITAL, Em. com.br. **Brasil amarga o preço da intolerância e lidera o ranking de violência contra homossexuais.** Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2014/09/22/interna_nacional>. Acesso em 10/11/2015.

DUARTE, Letícia. **Entrevista com Laerte Coutinho:** "As pessoas devem poder viver a identidade que lhes parece cabível. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/07/laerte-coutinho-as-pessoas-devem-poder-viver-a-identidade-que-lhes-parece-mais-cabivel-4794790.html>>. Acesso em 18/10/2015.

FANTÁSTICO, g1.com. **Hospitais brasileiros estudam e cuidam de jovens.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/09/hospitais-brasileiros-pesquisam-e-cuidam-de-jovens-transgeneros.html>> Acesso em: 02/11/2015.

NA MORAL. **Transexuais relatam a superação em suas histórias de vida.** Disponível em: <<http://gshow.globo.com/programas/na-moral/O-rogama/noticia/2013/08/transexuais-relatam-a-superacao-em-suas-historias-de-vida-assista-aos-videos.html>> Acesso em 06/12/2015.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Gênero e Diversidade na escola: Formação de Professores/as em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo, CEPESC, Brasília, 2009.

LANZ, Letícia. **Ser transgênero é normal e é legal:** Disponível em: <<http://www.leticialanz.org/>> Acesso em 06/12/2015.

LOURO, Guacira Lopes. NECKEL, Jane Felipe, GOELLNER, Silvana Vilodre, (org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEC/FNDE. **Plano Nacional de Educação** Lei Nº 13.005, de 14 de junho de 2014. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/9-uncategorised/821-lei-n-13-005-de-24-de-junho-de-2014-plano-nacional-de-educacao>> Acesso em: 26/09/2015.

MISKOLCI, Richard, JÚNIOR, Jorge Leite. **Diferenças na educação: outros aprendizados.** São Carlos: EdUFSCar. 2014, 253 p.

MOTT, Luiz. **A revolução homossexual: o poder de um mito.** Revista USP, São Paulo, n. 49, mar/mai, 2001, p. 40-59

MINAYO, M. C. S. (Org.) DESLANDES, Suely Ferreira; NETO Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social.** 14ª Edição. Editora: Vozes, 1996.

RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO DE 2012. Secretaria de Direitos Humanos. <<http://www.sdh.gov.br/2012>>. Acesso em 30/10/2015.

RIBEIRO, Ana. **12 perguntas que você queria saber sobre trans e não tinha para quem perguntar.** Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2015-01-16/12-coisas-que-voce-queria-saber-sobre-trans-e-nao-tinha-para-quem-perguntar.html>> Acesso em 15/11/2015.

SEED. **Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual.** SEED 2010. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>> Acesso em 26/09/2015.

SCOTT, Joan Wallch. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 16, nº 2, jul./dez. 1990.

SILVA, Ariana Kelly Leandra da Silva. **Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social.** Rev. NUFEN [online]. 2013, vol. 5, n.1, pp. 12-25.

WARNER, Michael. (editor) **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory.** Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1993.

WAS. World Association for Sexual Health. **Declaración de los Derechos Sexuales.** Revisão autorizada pelo Conselho Consultivo da WAS em março de 2014. Disponível em: <<http://www.worldsexology.org/wp-content/uploads/2013>> Acesso em: 26/09/2015.

ANEXO 1 - PESQUISA QUANTITATIVA - QUESTIONÁRIO 1

PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE DIVERSIDADE DE GÊNERO

1. Considera importante tratar questões de Gênero e Diversidade no ambiente escolar?
2. Alguma vez por vontade própria já procurou assuntos que abordem os temas de Gênero e Diversidade na escola?
3. Nas formações continuadas já teve algum curso sobre Gênero e Diversidade na Escola?
4. Tem conhecimento das definições de sexo e identidade de gênero?
5. Conhece o significado da sigla LGBT?
6. Em sua vida profissional já teve algum aluno LGBT?
7. Tem conhecimento de estatísticas que falam de alunos LGBT, seu acesso e permanência na escola pública?
8. Em sua opinião o público LGBT precisa de ONGs e políticas públicas que defendam seus direitos?
9. Conhece alguma política pública, municipal, estadual ou federal que defenda o direito destas pessoas de terem acesso à educação e condições dignas de permanência nas escolas?
10. Acredita que exista necessidade de mais informação para poder atender melhor esse público nas escolas públicas?

ANEXO 2 - PESQUISA QUALITATIVA

ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE - ROTEIRO DE PERGUNTAS ABERTAS

- 1) O que você pensa sobre o discente transgênero?
- 2) Que opinião você tem com relação ao preconceito e a discriminação ao discente transgênero?
- 3) Você compreende as dificuldades enfrentadas pelo discente transgênero no ambiente escolar diante de situações de violência e exclusão.
- 4) Você procura manter um diálogo aberto com o discente transgênero?